


**FERNANDA MARINELA**



MANUAL DE  
**DIREITO  
ADMINISTRATIVO**

VOLUME ÚNICO

**17<sup>a</sup>**  
**edição**  
revista  
atualizada  
ampliada

**2023**

122 9784



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 15.ª edição.

M294 Manual de Direito Administrativo / Fernanda Marinela. – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.  
1.328 p. (Coleção Manuais - Volume Único)

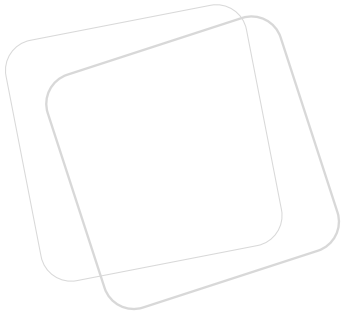
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-442-4081-6.

1. Direito Administrativo. 2. Recursos 3. Processos nos Tribunais. I. Marinela, Fernanda.  
II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

<b>1. NOÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>23</b>
1. Direito.....	23
2. Direito administrativo.....	24
2.1. Conceito.....	24
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	28
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	30
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	35
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	36
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	37
2.7. Sistemas administrativos.....	37
3. Estado, governo e administração pública .....	38
3.1. Estado.....	38
3.1.1. Poderes e funções do Estado .....	39
3.1.2. Organização do Estado.....	41
3.2. Governo .....	41
3.3. Administração Pública .....	42
4. Atividade administrativa.....	43
5. Quadro sinóptico.....	44
<b>2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>47</b>
1. Conceito de regime jurídico administrativo .....	47
2. Distinção entre princípios e regras.....	48
3. Princípios do direito administrativo .....	50
3.1. Princípio da supremacia do interesse público .....	50
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	52
3.2.1. Conceito de interesse público.....	52
3.3. Princípio da legalidade.....	54
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	58
3.4. Princípio da impessoalidade .....	59
3.5. Princípio da finalidade.....	64
3.6. Princípio da moralidade.....	65
3.7. Princípio da publicidade.....	66

3.8. Princípio da eficiência.....	71
3.9. Princípio da isonomia .....	74
3.10. Princípio do contraditório .....	77
3.11. Princípio da ampla defesa.....	78
3.12. Princípio da razoabilidade.....	80
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	82
3.14. Princípio da continuidade.....	83
3.15. Princípio da autotutela.....	94
3.16. Princípio da especialidade .....	96
3.17. Princípio da presunção de legitimidade .....	96
3.18. Princípio da motivação.....	97
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	99
4. A inobservância de um princípio .....	100
5. Quadro sinóptico.....	101
6. Súmulas correlatas.....	104
6.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	104
6.2. Súmulas do STF .....	104
6.3. Súmulas do STJ.....	105
<b>3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>107</b>
1. Administração pública – organização administrativa .....	107
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	108
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	109
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	111
2.1. Formas de descentralização .....	112
3. Órgãos públicos .....	114
3.1. Principais características .....	115
3.2. Classificação .....	118
4. Administração direta.....	120
5. Administração indireta.....	121
5.1. Características gerais .....	122
5.2. Autarquias.....	126
5.2.1. Conceito e outras considerações .....	126
5.2.2. Regime jurídico.....	127
5.2.3. Autarquias profissionais .....	144
5.2.4. Autarquias territoriais.....	154
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	154
5.3. Agências reguladoras.....	155
5.3.1. Conceito e função .....	155
5.3.2. Espécies de agências.....	156
5.3.3. Regime especial.....	158
5.3.4. Regras gerais.....	159

5.3.4.1.	Estrutura organizacional.....	159
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras .....	160
5.3.4.3.	Regime de pessoal .....	164
5.3.4.4.	Licitação .....	165
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras .....	166
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social.....	168
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras .....	169
5.4.	Fundação pública.....	172
5.4.1.	Conceito.....	172
5.4.2.	Natureza jurídica .....	173
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	176
5.4.4.	Fundação pública de direito privado .....	178
5.5.	Agências executivas.....	179
5.6.	Empresas estatais.....	181
5.6.1.	Conceitos.....	182
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	183
5.6.3.	Finalidades.....	184
5.6.4.	Regime jurídico.....	185
6.	Quadro sinóptico.....	210
7.	Súmulas correlatas.....	213
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	213
7.2.	Súmulas do STF.....	214
7.3.	Súmulas do STJ.....	215
<b>4.</b>	<b>TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>217</b>
1.	Setores da economia nacional.....	217
2.	Entes de cooperação .....	219
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	219
2.2.	Entidades de apoio .....	224
2.3.	Organizações sociais.....	225
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	230
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip .....	232
2.5.	Organização da sociedade civil .....	233
3.	Parcerias com poder público .....	234
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	236
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	238
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	239
3.1.3.	Formalização .....	241
3.1.3.1.	Seleção.....	241
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público .....	241

3.1.3.1.2.	Chamamento público.....	241
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	246
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	248
3.1.4.1.	Planejamento.....	248
3.1.4.2.	Regras para execução.....	249
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação.....	250
3.1.4.4.	Prestação de contas.....	251
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	253
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	254
4.	Quadro sinóptico.....	258
5.	Súmulas correlatas.....	263
5.1.	Súmulas do STF.....	263
5.2.	Súmulas do STJ.....	264
<b>5.</b>	<b>PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>265</b>
1.	Conceito.....	265
2.	Características.....	266
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	267
4.	Poder regulamentar.....	268
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	268
4.2.	Tipos de regulamento.....	269
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	272
5.	Poder hierárquico.....	276
6.	Poder disciplinar.....	277
7.	Poder de polícia.....	281
7.1.	Conceito.....	281
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	283
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia.....	283
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	286
7.5.	Delegação dos atos de polícia.....	286
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	289
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade.....	291
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	292
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	292
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	292
8.	Poderes e deveres do administrador público.....	293
8.1.	Deveres do administrador.....	293
8.2.	Uso e abuso de poder.....	294
8.3.	Formas de abuso de poder.....	294
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	295
9.	Quadro sinóptico.....	296
10.	Súmulas correlatas.....	298

10.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	298
10.2. Súmulas do STF .....	298
10.3. Súmulas do STJ .....	299
<b>6. ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>301</b>
1. Introdução e conceito .....	301
1.1. Ato e fato jurídico .....	301
1.2. Ato da administração e ato administrativo .....	304
1.3. Conceito de ato administrativo .....	305
2. Vinculação e discricionariedade .....	307
3. Elementos do ato administrativo .....	310
3.1. Sujeito competente.....	311
3.1.1. Principais regras.....	312
3.2. Forma.....	315
3.2.1. Princípio da solenidade.....	315
3.2.2. Silêncio administrativo.....	316
3.2.3. Vício na forma .....	318
3.3. Motivo .....	319
3.3.1. Legalidade do motivo.....	319
3.3.2. Principais distinções.....	320
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes .....	325
3.4. Objeto.....	327
3.4.1. Requisitos de validade.....	327
3.4.2. Discricionariedade e vinculação .....	328
3.5. Finalidade.....	328
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade .....	329
3.6. Quadro comparativo.....	330
4. Mérito administrativo .....	331
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	333
5. Atributos do ato administrativo.....	335
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade .....	336
5.2. Autoexecutoriedade.....	337
5.3. Imperatividade .....	338
5.4. Tipicidade.....	339
6. Classificação.....	339
6.1. Quanto aos destinatários.....	339
6.2. Quanto ao alcance .....	340
6.3. Quanto à manifestação de vontade .....	340
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	341
6.5. Quanto ao objeto .....	341
6.6. Quanto à formação.....	342
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	343
6.8. Quanto aos efeitos.....	344

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	344
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	344
7. Modalidades de atos administrativos.....	345
7.1. Atos normativos.....	345
7.2. Atos ordinatórios.....	347
7.3. Atos negociais.....	348
7.4. Atos enunciativos.....	351
7.5. Atos punitivos.....	352
8. Formação e efeitos.....	353
8.1. Perfeição.....	353
8.2. Validade.....	354
8.3. Eficácia.....	354
8.4. Possíveis combinações.....	356
9. Extinção do ato administrativo.....	357
9.1. Formas de extinção.....	357
9.2. Invalidação.....	359
9.2.1. Formas de invalidação.....	359
9.2.2. Anulação.....	361
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	367
9.2.4. Estabilização de efeitos.....	368
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	374
9.3. Revogação.....	375
9.4. Coisa julgada administrativa.....	378
10. Quadro sinóptico.....	379
11. Súmulas correlatas.....	384
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	384
11.2. Súmulas do STF.....	384
11.3. Súmulas do STJ.....	385
<b>7. LICITAÇÃO.....</b>	<b>387</b>
1. Conceito e legislação.....	387
1.1. Regime de transição.....	390
1.2. Critérios transnacionais.....	396
2. Finalidade.....	396
3. Competência para legislar.....	398
4. Sujeitos à licitação.....	401
5. Incidência da lei.....	410
6. Princípios básicos.....	412
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações.....	425
7.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93.....	427
7.2. Das vedações dos agentes públicos.....	429
8. Contratação direta – dispensa e inexistência.....	431
8.1. Inexistência.....	433



8.1.1.	Pressupostos para a realização da licitação.....	433
8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	435
8.1.2.1.	Bem singular .....	435
8.1.2.2.	Serviços singulares .....	435
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade .....	436
8.2.	Dispensa de licitação.....	442
8.2.1.	Licitação dispensada.....	442
8.2.2.	Licitação dispensável.....	444
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	454
9.	Modalidades .....	462
9.1.	Concorrência.....	468
9.2.	Tomada de preços .....	470
9.3.	Convite .....	472
9.4.	Concurso.....	475
9.5.	Leilão.....	476
9.6.	Pregão.....	479
9.7.	Diálogos competitivos .....	482
9.8.	Outras modalidades.....	484
10.	Procedimento licitatório.....	485
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 8.666/93 aplicável até 31/03/2023.....	485
10.1.1.	Fase interna.....	486
10.1.2.	Fase externa .....	493
10.2.	Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02 .....	505
10.2.1.	Pregão eletrônico.....	509
10.3.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021 .....	516
10.3.1.	Fase preparatória.....	516
10.3.2.	Fase de divulgação do edital de licitação .....	523
10.3.3.	Fase de apresentação de propostas e lances .....	524
10.3.4.	Fase de julgamento.....	526
10.3.5.	Fase de habilitação.....	532
10.3.6.	Fase recursal.....	535
10.3.7.	Fase de homologação .....	537
11.	Procedimentos auxiliares.....	538
11.1.	Credenciamento .....	538
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	539
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse .....	539
11.4.	Sistema de registros de preços.....	540
11.5.	Registro cadastral.....	544
12.	Algumas licitações .....	546
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica .....	546
12.2.	Licitações internas e internacionais .....	547
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte .....	549
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade .....	553

12.5. Regime diferenciado de contratações (RDC) .....	554
12.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016) .....	557
12.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento a pandemia de Covid-19 .....	565
12.8. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i> .....	570
13. Das irregularidades .....	572
13.1. Infrações e sanções administrativas.....	572
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	572
13.2.1. Dos recursos, do pedido de reconsideração e da representação na Lei n. 8.666/93 .....	573
13.2.2. Dos recursos, dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações na Lei n. 14.133/2021 .....	574
13.3. Do controle das contratações.....	575
14. Quadro sinóptico.....	578
15. Súmulas correlatas.....	587
15.1. Súmulas do STF .....	587
15.2. Súmulas do STJ.....	587
<b>8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>589</b>
1. Conceito .....	589
2. Características .....	591
3. Formalismo.....	592
4. Cláusulas necessárias .....	597
5. Garantia .....	602
6. Duração do contrato.....	604
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	609
8. Cláusulas exorbitantes.....	617
9. Alteração contratual.....	622
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo .....	623
9.2. Alteração bilateral do contrato .....	626
9.2.1. Teoria da imprevisão .....	628
9.3. Situações específicas para alguns contratos .....	629
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	631
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades .....	632
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	637
12. Extinção do contrato administrativo.....	639
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	639
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021.....	644
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	646
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	648
13. Infrações e sanções administrativas .....	649
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93 .....	649

13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021 .....	650
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	652
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021 .....	652
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas...	653
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	656
16. Contratos em espécie.....	659
16.1. Contratos propriamente ditos.....	659
16.2. Contrato de concessão.....	661
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	662
16.4. Contrato de gestão .....	662
17. Convênios e consórcios .....	665
18. Consórcios públicos.....	667
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista .....	674
20. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	676
21. Quadro sinóptico.....	678
22. Súmulas correlatas.....	687
22.1. Súmulas do STF.....	687
22.2. Súmulas do STJ.....	688
<b>9. SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>689</b>
1. Conceito e elementos definidores .....	689
2. Princípios.....	691
2.1. Princípio da continuidade .....	693
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	693
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço .....	701
3. Determinação constitucional.....	708
4. Classificação.....	709
5. Delegação do serviço público .....	713
5.1. Concessão comum de serviço público .....	714
5.1.1. Fundamento legal.....	714
5.1.2. Conceito.....	714
5.1.3. Poder concedente.....	716
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	716
5.1.4. O concessionário.....	718
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário .....	718
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário .....	721
5.1.6. Natureza jurídica .....	723
5.1.7. Distinções.....	723
5.1.8. Formalidades da concessão.....	724
5.1.8.1. Procedimento licitatório .....	724
5.1.8.2. Contrato de concessão .....	727
5.1.8.3. Possibilidades de transferência .....	728
5.1.9. A remuneração e a política tarifária .....	730

5.1.10.	Formas de extinção.....	733
5.2.	Parcerias do Poder Público com os particulares .....	735
5.2.1.	Conceito.....	736
5.2.2.	Legislação.....	736
5.2.3.	Objetivos.....	738
5.2.4.	Modalidades.....	738
5.2.5.	Características.....	740
5.2.6.	Diretrizes.....	741
5.2.7.	Formalização da concessão especial .....	742
5.2.7.1.	Procedimento licitatório .....	742
5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	744
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	746
5.2.8.	Vedações.....	747
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	747
5.3.	Permissão de serviço público.....	749
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	749
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	750
5.3.3.	Principais diferenças .....	752
5.4.	Autorização de serviço público .....	753
6.	Quadro sinóptico.....	754
7.	Súmulas correlatas.....	757
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	757
7.2.	Súmulas do STF.....	758
7.3.	Súmulas do STJ.....	758
<b>10.</b>	<b>AGENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>759</b>
1.	Conceito .....	759
2.	Classificação.....	760
2.1.	Agentes políticos .....	761
2.2.	Servidores estatais.....	763
2.2.1.	Servidores públicos.....	763
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos .....	764
2.2.1.1.1.	Regime jurídico único.....	768
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	769
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico .....	773
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	775
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	778
3.	Organização funcional.....	781
3.1.	Conceitos.....	781
3.1.1.	Cargo público.....	781
3.1.2.	Função pública.....	783
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção...	783

3.1.3.	Emprego público.....	785
3.1.4.	Contrato temporário.....	786
3.2.	Cargo público – regras gerais .....	786
3.2.1.	Classificação .....	787
3.2.2.	Provimento .....	789
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	795
3.2.4.	Formas de deslocamento .....	796
3.2.5.	Vacância .....	798
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão .....	800
4.	Regras constitucionais.....	803
4.1.	Acessibilidade.....	803
4.2.	Concurso público.....	804
4.2.1.	Exceções ao concurso público .....	806
4.2.2.	Requisitos para concurso.....	812
4.2.3.	Publicidade .....	830
4.2.4.	Mudança no edital de concurso.....	832
4.2.5.	Prazo de validade .....	834
4.2.6.	Direito à nomeação.....	834
4.2.7.	Realização de novo concurso público.....	842
4.2.8.	Concurso público e a possibilidade de controle.....	844
4.2.9.	Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado .....	847
4.2.10.	Contratação irregular – consequências .....	851
4.3.	Competência para julgamento das ações .....	853
4.4.	Contratação temporária .....	855
4.5.	Estabilidade .....	862
4.5.1.	Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	862
4.5.2.	Estabilidade e o texto constitucional.....	864
4.5.2.1.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público ....	868
4.5.2.2.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	869
4.5.2.3.	Estabilidade em resumo.....	870
4.5.3.	Estabilidade e dispensa.....	871
4.5.4.	Estágio probatório .....	878
4.6.	Direito de greve.....	883
4.7.	Direito à sindicalização.....	888
4.8.	Acumulação.....	888
4.9.	Sistema remuneratório .....	896
4.9.1.	Modalidades remuneratórias.....	896
4.9.2.	Regras para fixação da remuneração .....	900
4.9.3.	Revisão remuneratória .....	901
4.9.4.	Teto remuneratório .....	903
4.9.5.	Princípio da irredutibilidade.....	912
4.9.6.	Princípio da isonomia .....	913

4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	914
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	916
4.10. Direitos sociais.....	916
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	919
4.12. Aposentadoria.....	921
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	921
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	925
4.12.3. Modalidades.....	939
4.12.4. Princípio da integralidade.....	946
4.12.5. Princípio da paridade.....	947
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	948
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	950
4.12.8. Cenário atual.....	954
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	955
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	962
7. Quadro sinóptico.....	964
8. Súmulas correlatas.....	970
8.1. Súmulas Vinculantes.....	970
8.2. Súmulas do STF.....	971
8.3. Súmulas do STJ.....	973
8.4. Súmulas do TST.....	974
<b>11. BENS PÚBLICOS.....</b>	<b>977</b>
1. Domínio Público.....	977
2. Conceito.....	978
3. Competência Legislativa.....	982
4. Classificação dos Bens Públicos.....	982
5. Afetação e Desafetação.....	987
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	990
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	994
8. Alienação de Bens Públicos.....	997
9. Gestão de Bens Públicos.....	1001
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	1006
10. Bens Públicos em espécie.....	1009
11. Quadro Sinóptico.....	1015
12. Súmulas Correlatas.....	1017
12.1. Súmulas do STF.....	1017
12.2. Súmula do STJ.....	1018
<b>12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....</b>	<b>1019</b>
1. Direito de propriedade.....	1019

---

2.	Intervenção na propriedade.....	1020
3.	Fundamentos e regras constitucionais.....	1020
4.	Modalidades de intervenção.....	1021
4.1.	Limitação administrativa.....	1022
4.1.1.	Indenização .....	1024
4.1.2.	Controle .....	1030
4.2.	Servidão administrativa.....	1030
4.2.1.	Elementos definidores .....	1031
4.2.2.	Formas de constituição.....	1032
4.2.3.	Indenização .....	1033
4.2.4.	Distinções .....	1033
4.2.5.	Causas extintivas.....	1034
4.2.6.	Modalidades.....	1035
4.3.	Requisição .....	1036
4.4.	Ocupação temporária .....	1039
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária.....	1040
4.4.2.	Distinções .....	1042
4.5.	Tombamento.....	1042
4.5.1.	Conceito e características.....	1042
4.5.2.	Natureza jurídica .....	1044
4.5.3.	Competência.....	1045
4.5.4.	Bens objeto de tombamento.....	1046
4.5.5.	Modalidades.....	1047
4.5.6.	Obrigações.....	1048
4.5.7.	Indenização .....	1050
4.5.8.	Procedimento .....	1051
4.5.9.	Extinção.....	1052
4.6.	Desapropriação.....	1053
4.6.1.	Objeto.....	1054
4.6.2.	Competência.....	1058
4.6.3.	Modalidades de desapropriação .....	1060
4.6.3.1.	Desapropriação comum .....	1060
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória.....	1064
4.6.3.3.	Desapropriação indireta .....	1070
4.6.3.4.	Desapropriação privada.....	1075
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados .....	1075
4.6.5.	Procedimento administrativo.....	1077
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	1081
4.6.7.	Da indenização .....	1085
4.6.8.	Ação de desapropriação rural.....	1099
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse .....	1100
4.6.10.	Direito de extensão.....	1102
4.6.11.	Tredestinação.....	1102

4.6.12. Retrocessão.....	1103
5. Quadro sinóptico.....	1105
6. Súmulas Correlatas .....	1109
6.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1109
6.2. Súmulas do STF.....	1109
6.3. Súmulas do STJ.....	1110
<b>13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....</b>	<b>1113</b>
1. Aspectos Gerais – Fundamentos.....	1113
2. Evolução.....	1115
3. Tipos de responsabilidade.....	1118
4. Elementos definidores.....	1119
4.1. Sujeitos.....	1120
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1123
4.3. Dano indenizável .....	1134
4.4. A indenização.....	1138
4.5. Hipóteses de exclusão .....	1139
5. Vias para reparação do dano .....	1142
6. Ação judicial – legitimidade passiva .....	1143
7. Ação regressiva.....	1146
8. Denúnciação da lide .....	1147
9. Prescrição.....	1149
10. Quadro sinóptico.....	1154
11. Súmulas correlatas.....	1157
11.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1157
11.2. Súmula do STF.....	1157
11.3. Súmulas do STJ.....	1157
<b>14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>1159</b>
1. Introdução e conceito .....	1159
2. Evolução.....	1160
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1160
4. Controle da atividade administrativa.....	1162
4.1. Classificação .....	1164
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1164
5. Controle administrativo .....	1170
5.1. Aspectos gerais.....	1170
5.2. Meios de controle.....	1172
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1177
6. Controle legislativo.....	1182
6.1. Tribunais de contas.....	1183
7. Controle judicial.....	1189



7.1. Meios de controle judicial.....	1190
7.1.1. Mandado de segurança.....	1190
7.1.2. Ação popular .....	1194
7.1.3. Ação civil pública.....	1196
7.1.4. Mandado de injunção.....	1197
7.1.5. <i>Habeas data</i> .....	1199
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1200
8. Atos <i>interna corporis</i> .....	1200
9. Quadro sinóptico.....	1201
10. Súmulas correlatas.....	1204
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1204
10.2. Súmulas do STF.....	1204
10.3. Súmulas do STJ.....	1206
<b>15. PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>1209</b>
1. Conceito .....	1209
2. Fontes do processo administrativo.....	1209
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1210
4. Princípios do processo administrativo.....	1212
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1213
4.2. Princípio do contraditório .....	1214
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1215
4.4. Princípio da verdade real .....	1220
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade .....	1221
4.6. Princípio da motivação.....	1221
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1223
4.8. Princípio da oficialidade.....	1223
4.9. Princípio da autotutela.....	1224
4.10. Princípio da celeridade.....	1225
5. Modalidades de procedimento .....	1227
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1227
6.1. Aspectos gerais.....	1228
6.2. Fases do procedimento.....	1232
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1237
7.1. Conceito e finalidade .....	1237
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1238
7.2.1. Sindicância.....	1239
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1240
7.2.3. Processo sumário .....	1241
7.2.4. Verdade sabida .....	1243
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito .....	1243
7.4. Prescrição e duração do processo .....	1253
7.5. Independência das instâncias .....	1258

8. Controle pelo poder judiciário .....	1259
9. Quadro sinóptico.....	1260
10. Súmulas correlatas.....	1265
10.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1265
10.2. Súmulas do STF .....	1265
10.3. Súmulas do STJ.....	1266
<b>16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>1269</b>
1. Introdução .....	1269
2. Conceito .....	1270
3. Competência legislativa.....	1272
4. Fonte normativa.....	1273
5. Bem jurídico tutelado.....	1275
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa .....	1276
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1279
7.1. Sujeito ativo .....	1280
7.2. Sujeito passivo .....	1286
7.3. Conduta típica.....	1287
7.4. Elemento subjetivo .....	1294
7.5. Dano.....	1298
8. Sanções .....	1300
9. Procedimentos administrativo e judicial .....	1304
9.1. Processo administrativo .....	1304
9.2. Processo judicial .....	1305
10. Prescrição .....	1310
11. Quadro sinóptico.....	1311
12. Súmulas correlatas.....	1315
12.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	1315
12.2. Súmulas do STF .....	1315
12.3. Súmulas do STJ.....	1316
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1317</b>